

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

31 de maio de 2017

Ata da Quarta Sessão Extraordinária

Às dezenove horas e quarenta e dois minutos, do dia trinta e um do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Zé Roberto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jaime Café, Jorge Frederico, José Bonifácio, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Stalin Bucar, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Solange Duailibe. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Nilton Franco, Toinho Andrade e

Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 21/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 7/2017, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Xambioá a área de terreno urbano que especifica”; e Mensagem número 65/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado encaminhando o Substitutivo ao Projeto de Lei número 48/2016, que “autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 1.283 a 1.297. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 5/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.174, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 4/2017; a qual, votada, foi aprovada. A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei

número 3.205, de 31 de maio de 2017. À Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 8/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Xambioá a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 35/2017; 51/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os arts. 18 e 25 da Lei número 2.296, de 11 de março de 2010, que dispõe sobre o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – Plansaúde e o Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Tocantins – Funsaúde”, que deu origem ao Processo número 108/2017; 101/2017, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a revisão geral anual de vencimentos dos Servidores Efetivos e dos cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 124/2017; 2/2017, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “concede revisão geral da remuneração dos Servidores do Quadro de Cargos Efetivos e do Quadro de Cargos e Provimento em Comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 116/2017; 1/2017, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei número 2.580, de 3 de maio de 2012, que dispõe sobre a

estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 123/2017; 2/2017, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 109/2017; e 3/2017, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 110/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi retirado da pauta da Ordem do Dia, por solicitação do autor, Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, o Projeto de Lei número 6/2017, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, o qual, foi deferido. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma



horas e catorze minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário